

QUESTÕES SOBRE A BIOPOLÍTICA EM FOUCAULT

*Dilson Brito da Rocha**

1 PREÂMBULO

Herdamos de Michel Foucault (1926-1984) uma obra suntuosa, que abrange desde o direito e política até a medicina social. Deveras, ele perpassa variados campos do saber. Tamanha é a relevância de seu pensamento que autores contemporâneos, como é o caso do jurista e filósofo italiano vivo Giorgio Agamben (1942),¹ o visitam incansavelmente a fim de avançar nas reflexões sobre a filosofia política. Neste ensaio nos restringiremos tão somente a examinar o emprego que Foucault faz do termo biopolítica e, de forma mais pormenorizada, sobre o que ele vai alcunhar, num sentido irrestrito, de biopoder, já

*Mestre em Filosofia pela UNESP/Marília; Mestre em Teologia pela PUG/Roma, Itália. Docente nas Faculdades Integradas de Bauru (FIB).

1 O enfrentamento agamberiano de tal temática pode ser aferido em: AGAMBEN, G. *Homo sacer. Il potere sovrano e la nuda vita*. Torino: Einaudi, 2002, obra na qual é explanado seu projeto filosófico acerca daquilo que ele vai alcunhar de “vida nua”. Foucault e Agamben se conheceram pessoalmente, o que decerto facilitou a continuidade crítica no estudo da biopolítica, desde uma visão mais larga. Em seu labor, o italiano se vale de conceitos antitéticos, como: lei-exceção, vida-morte, reino-glória etc., sobre o que nos ocuparemos em outra ocasião.

que entendemos que com tal verbete ele abrevia sistematicamente seu pensamento, separando para outra feita a recepção crítica que Agamben faz de Foucault. O termo “biopolítica” já era usual no século XIX, todavia, é consagrado a partir do século XX, sobretudo com a obra foucaultiana. O francês sustentará que a política do Estado se torna domínio ou controle sobre a vida, que é concomitante e paradoxalmente promoção da vida, a partir do século XVIII.

Foucault sugere que biopolítica significa tornar a atividade política controladora dos corpos das pessoas, ou se quisermos, é uma atividade estatal, isto é, a ação de governo sobre a vida biológica dos indivíduos e, sobremaneira, de quando é uma ação do Estado sobre a vida de um grupo populacional e, sendo mais específico, de uma espécie humana. “(...) de maneira consequente, isso fará com que o Estado tenha o controle dos corpos biológicos dos sujeitos nas sociedades particulares” (FOUCAULT, 2004, p. 59). Uma vez tendo o controle se promove a vida dos indivíduos e da população como todo. É por este motivo que a partir do século XVIII brotarão políticas públicas, significando que o Estado passa a se atarefar do cuidado da saúde das pessoas e a fazer, *pari passu*, exigências, como por exemplo, que todos frequentem a escola (obrigatoriedade da escolarização), o que é legitimado a partir desta época. Cuidar do problema da saúde, como as epidemias, é tarefa do Estado, por intermédio da medicina social. Isso ficou nítido na Alemanha e na Itália, onde a polícia não tinha outro empenho senão aquele. É neste cenário que se situa a gênese da Estatística como saber do Estado, que tem o controle dos indivíduos e da população, a fim de que os corpos humanos resultem em dóceis e produtivos (FOUCAULT, 2008, p. 19). É a chamada revolução industrial e a civilização urbana. O conjunto destes fatores, que tem saberes subjacentes, configura, pois, no que se pode denominar de ação biopolítica.

O poder disciplinar centra-se no corpo como máquina (esfera individualizante), enquanto que a biopolítica tem o controle do corpo social (esfera totalizante). A despeito da peculiaridade, ambas fazem parte do biopoder. “[...] estamos num poder que se incumbiu tanto do corpo quanta da vida, ou que se incumbiu, se vocês preferirem, da vida em geral, com o polo do corpo e o polo da população” (FOUCAULT, 2005, p. 302). Perante isso, temos que biopoder significa a estatização da vida biológica das pessoas, por isso é interessante ao poder disciplinar e docilizar os corpos, ficando mais fácil exercer o poder sobre eles. Por sua vez, as pessoas legitimam o fato de o Estado cuidar da segurança

delas, ou seja, de seus corpos, entendendo que seja positivo o fato do Estado ser biopolítico, malgrado o controle que, como queremos enxergar, nem sempre é notado.

A história do direito à vida, ao corpo, à saúde, à felicidade, à satisfação das necessidades (direitos humanos) tem haver, segundo Foucault, com a revolução moderna e com a biopolítica. Por isso, ele é um crítico visceral dos direitos humanos. Os direitos humanos declaram que as pessoas são dominadas pelo Estado, sendo esta *conditio sine qua non* para que elas sejam tidas como cidadãs. Isso nos remete, incontinenti, ao pensamento de Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), que já no seu tempo atestava que ser cidadão é uma condenação, denotando que somos condenados a ser cidadãos, *status* que as pessoas reivindicam para si, mas que, de forma síncrona, equivale estar submetido a uma lei, a um governo central. Tal constatação nos leva a fazer uma inferência: Foucault engendra uma forte crítica endereçada exatamente ao fato da duplicidade dos direitos humanos.

2 PANORAMA GERAL: QUESTÕES HISTÓRICAS E TERMINOLÓGICAS

Como indiciamos, o conceito relacionado à biopolítica é biopoder, que por uma questão técnica reclama uma diferenciação, e por isso o faremos no deslanchar do texto. Via de regra, Foucault faz uso das duas locuções. Mas, utiliza a terminologia tão somente durante um período lacônico de cinco anos. Ele passa a aplicar o conceito somente a partir de 1974, por ocasião de uma conferência acerca da medicina social que proferiu na Bahia. Então, nesta feita ele emprega pela primeira vez aquela locução. Ainda assim, no início identificava biopoder com biopolítica, estando uma imbricada na outra. Mais tarde discrimina os vocábulos, ficando apreciado que biopoder é um nome genérico que se atribui à ação do Estado sobre o indivíduo, caracterizando o que o francês nomina de “poder disciplinar”, que torna cada corpo humano obediente a um binômio: docilidade-productividade, fazendo-o por meio da escola e uma gama de outras instituições, que culminará nas fábricas (FOUCAULT, 2004, 68).

Verifica-se que anterior a Foucault, que faz uso somente entre os anos 1974-1979, uma filósofa alemã de origem semítica, Hannah Arendt (1906-

1975), em sua obra intitulada *A condição humana*, datado de 1958, a mais prestigiada, sem usar o termo biopolítica, já tocou no assunto, fazendo-o numa espécie de *motu proprio*. Ela aborda que toda vez que a vida, precisamente a categoria vida, se torna a categoria central, há um problema, pois significa que a modernidade estabeleceu de modo definitivo a redução do ser humano em um animal que trabalha, correspondendo ao enaltecimento da vida biológica. Se transforma o ser humano em mera vida biológica, mero corpo que funciona, em detrimento de outras dimensões, o que ab-roga Hannah Arendt. Mas, poder-se-ia dizer que o estudo da biopolítica somente é tomado a sério, nas mais variadas áreas, cerca de 30 anos atrás. A biopolítica passou a ser importante quando estava sendo ruída a rigidez dicotômica da distinção ideológica tradicional da política, que é a questão vulgar “ou você é de direita ou você é de esquerda”. A partir de um dado momento esta questão passou a ser insipiente. Isso explica, quiçá, o porquê do termo biopolítica passar a ser nevrálgico para se entender melhor o que está sucedendo nos tempos hodiernos, ao menos no mundo ocidental.

Foucault, num texto intitulado *Filosofia analítica da política*², assegurará que se fizermos uma análise acurada, depreenderemos que a justiça é o tema central das áreas de estudo dos teóricos de grande envergadura do século XIX. É desta forma pelo fato de que, sobretudo aqueles que trabalhavam nas fábricas eram os mais pobres e os que não trabalhavam eram os ricos, gerando, conseqüente e inevitavelmente a injustiça, mormente quando na modernidade se enaltece o trabalho como fonte de riqueza e único meio de liberdade. Esta é a razão da tese principal em Karl Marx (1818-1883) ser a questão da justiça, para ficarmos num exemplo mais próximo a nós.

Nesta seara, Foucault indaga se no século XX continua sendo a justiça ou a injustiça o grande problema a ser encarado? Sem hesitar, argumenta que não. Para ele o grande problema do século XX gira em torno do fato de que as pessoas são governadas de maneira demasiada. Assevera que quanto menos formos governados, melhor seria. A questão crucial em Foucault circunscrita em torno das seguintes indagações: qual o motivo de obedecermos tanto? Ser obediente é ser virtuoso? Para ele os grandes problemas da sociedade não podem ser localizados, de maneira simplória, nos que governam, mas são causados pelos que são governados, os obedientes. Assim, a responsabilidade dos proble-

2 Texto do período em que ele proferia sobre a acepção de biopolítica.

mas é deslocada daqueles para estes últimos. Foucault dirá que não se poderá entender o que estava acontecendo (injustiças), sem suscitar a pergunta pelo motivo que levava as pessoas a obedecerem sem reservas, e a razão pela qual a obediência era considerada, ainda naquele contexto, a virtude excelsa. A que isso se devia? Inquirição que, para ele, se impõe com urgência e imprescindibilidade (FOUCAULT, 2005, p. 107).

Foucault dirá que o problema fulcral não está no abuso de poder, mas no abuso de obediência.³ Evidentemente, no contexto europeu alemão, se experimentou o excesso do mando com o Nazismo, e na Rússia com o Stalinismo. Cenários estes em que a possibilidade de não obedecer resultaria em problemas muitíssimos sérios. Foucault pondera que o Nazismo e o Stalinismo não são simples excrescências ou exceções na história do mundo moderno ocidental, mas são experiências que se inscrevem dentro da lógica dominante da história ocidental. Por isso, o totalitarismo, como Hannah Arendt chamará, não é tão diferente de experiências democráticas, uma vez que, discriminadas as devidas proporções, na democracia há quem governa e quem é governado.⁴ Foucault considera que a lógica do Nazismo e do Stalinismo continua em vigor nos tempos hodiernos, nos sistemas democráticos. Tal lógica continuou, *ad exemplum*, quando da ocasião de Guantánamo, no contexto do governo norte americano. Neste seguimento, se nos vem uma indagação: qual a diferença entre Guantánamo e o campo de concentração? Logo, as características do Nazismo perduram até hoje, feitas as devidas ressalvas.

Biopolítica é para Foucault o exercício do poder sobre a vida. O que acontece na modernidade ocidental, de maneira mais específica, é a estatização da vida biológica. Implica na estatização do ser humano como ser vivo. É a ação exercida pelo Estado, não só sobre indivíduos como tais, mas sobre populações na qualidade de espécies.⁵

3 Problemática que, *stricto sensu*, tem um nuance kantiano, já que o próprio Immanuel Kant (1724-1804) denunciava que era tão fácil obedecer e tão difícil mandar, e tão cômodo obedecer, pois em obedecendo e em não dando certo, a culpa é sempre de outrem. Equivale não se responsabilizar pelos acontecimentos (cf. KANT, I. Resposta à pergunta: “O que é esclarecimento?” Textos seletos. Tradução: Floriano de Sousa Fernandes. 3ª ed. Vozes: Petrópolis, RJ, 2005).

4 A despeito desta asseveração de Hanna Arendt, no último capítulo de sua obra *Origens do totalitarismo* ela afirma que o totalitarismo é uma ruptura com tudo que ocorreu antes na política (cf. ARENDT, H. **Origens do totalitarismo**. Companhia de bolso, 2018).

[Biopolítica] é essa série de fenômenos, que me parece bastante importante, a saber, é um *conjunto de mecanismos através dos quais aquilo que na espécie humana constitui suas características biológicas fundamentais vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral do poder*. Como a sociedade, ou melhor, as sociedades ocidentais modernas, a partir do séc. XVIII voltaram a levar em conta o fato biológico fundamental de que o ser humano constitui uma espécie humana. (FOUCAULT, 2008, p. 56, grifo nosso)

A modernidade é contemporaneamente um processo de individualização e de totalização. Modernidade é a fabricação do indivíduo como indivíduo. Desta maneira, o sujeito torna-se indivíduo. Foucault quer saber as diferentes formas pelas quais fomos tornados sujeitos. Neste atinente, contesta a estrutura central do contratualismo de Thomas Hobbes (1588-1679), Rousseau, John Locke (1632-1704) etc., para os quais todos nascemos como indivíduos, com direitos humanos, livres e iguais. Foucault dirá que ninguém nasce livre, nem igual, mas que isso é um ideal a partir do qual se tenta justificar o exercício do poder por parte do Estado, através de um contrato entre indivíduos que se combinam, a fim de se sentirem mais seguros, pondo alguém para governar, onde todos obedecem e todos adquirem a individualidade. Então, isso é o que as pessoas ganham por um lado, malgrado sofrem por outro.

O processo de totalização significa sociedade, que para Foucault não é algo construído pelos seres humanos, pois não nascemos seres sociais, como quiseram o clássico Estagirita Aristóteles (384 a.C.-322 a.C.), o escolástico Tomás de Aquino (1225-1274) e Baruch Espinoza (1632-1677) na modernidade. Para o francês, a sociedade é uma criação humana, uma soma de indivíduos, uns postos ao lado dos outros e unificados, por exemplo, pelo Estado, um processo de estatização, portanto. Não existe população sem Estado. Então, quando alguém nasce, é de praxe, sem tardar, documentar por meio do registro cartorial, selando tal união, numa espécie de coação. Há necessidade do aval do Estado desde o nascimento, o que moralmente é ambíguo. Isso acontece na democracia. Quando autores, como é o caso de Alexis de Tocqueville (1805-1859), a título de ilustração, reclamam da democracia como sendo a grande invenção dos governos dos medíocres, e que os Estados Unidos dizem que é seu grande orgulho, denunciam aquela ideia. Neste conducente, a democracia tem uma tendência forte para a mediocracia. Então, em definitivo, Tocqueville e outros de tamanha envergadura não defendem o totalitarismo, mas chamam

atenção ao fato de que a democracia não é tão salutar como se apresenta ou como é crida, ao transmitir uma imagem de via única para solucionar os problemas da humanidade.

A definição foucaultiana de que a modernidade é um processo de individualização e totalização é que está intrinsecamente vinculada à ideia da biopolítica. Não é sem intenção que Foucault explana pela primeira vez o termo biopolítica em seu estudo chamado *História da Sexualidade*, delimitada em quatro tomos,⁶ onde no final do primeiro aborda do direito de vida e do direito de morte,⁷ o que para ele transparece pela maneira como a partir do século XVIII aparece o dispositivo da sexualidade, um complexo de saber-poder indexado à verdade e à identidade. Portanto, a sexualidade, além do racismo, do liberalismo, da segurança, é uma expressão daquilo que ele designa de biopolítica, quando dirá que é a partir do século XVIII que se passa a controlar (mais uma forma de controle, de entre um arsenal de outras) o comportamento sexual das pessoas. Isso não só em termos de saúde pública, mas também para que as pessoas fossem braçalmente mais produtivas. Por isso a exigência e a conveniência em ser monogâmico, significando o controle sobre a vida do corpo, para que, *verbi gratia*, as pessoas tenham mais produtividade nas fábricas, de sorte que o mecanismo da fábrica é um exemplo de biopolítica que salta aos olhos, não obstante haja outros.

Foucault vai pôr em xeque a filosofia aristotélica no que tange a este particular. Durante milênios o homem continuou sendo o que era para o Estagirita: um animal vivo e que era capaz de existência política; um animal que fala (racional – *logos*) e animal político (*politikós*). Ocorre que o homem moderno é um animal em cuja política, sua vida está em jogo. Claro, o que todos exigem do Estado é para que a vida biológica (segurança ao corpo) seja garantida, mais do que educação, por exemplo. Foucault diz que o Estado, a partir do século XVIII, ao invés de decidir quem deve morrer, passa a ser um Estado que faz viver (promoção da vida), mas que, inobstante, deixa morrer. Então, fazer viver tem em seu seio esta ambivalência. Isso fica claro em sua análise sobre o Nazismo. Para ele o Nazismo é um racismo estatal. Nele se matam pessoas que biologicamente são de um grupo específico, não para matar simplesmente, mas

6 Deixamos sinalizado que o quarto tomo foi publicado no ano de 2018.

7 Cf. FOUCAULT, M. *História da sexualidade: A vontade de saber*. Trad. de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 10ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

para promover a vida de outros, em detrimento de tantos. Nesta lógica, fazer viver é fazer morrer, de modo síncrono e contraditório.

Para Foucault a biopolítica rompe, ainda que não de maneira total, com a teoria da soberania ou, no mínimo, faz com que ela não seja tão relevante como pretendia. Ele diz que a partir do século XVIII se deixa de considerar o exercício do poder político como exercício sobretudo de soberania. Mas se passa a atribuir ao Estado uma função “positiva”, não de negar a vida a alguém, mas de promover a vida das pessoas (o nascimento da população), o que não é melhor do que matar a vida das pessoas, mas há, notoriamente, uma mudança de perspectiva. Em Foucault a vida é um efeito do biopoder.

3 A QUESTÃO DA MEDICINA SOCIAL

Verifica-se que, no que concerne a medicina social, perpetrada pela comunidade científica, para Foucault era uma forma de biopoder, isto é, uma forma instrumental de inculcar uma determinada maneira de pensar (FOUCAULT, 1977, p. 57). A questão da medicina social configura apenas um dos dispositivos de instrumentalização dentro de uma gama de outros, elucidados por Foucault, passando uma imagem de salubridade urbana, de um controle sanitário, quando implicitamente há um controle maior e de outra natureza. À vista disso, ainda que para a sociedade chegasse a ideia de que se estava implementando uma sociedade hígida, na realidade se estava secularizando os costumes por meio de uma medicina normatizadora.

Foucault vai se valer do termo medicalização, a fim de defender a ideia de que a medicina estava infiltrando vários aspectos da vida das pessoas. Para ele a medicina, por artifício de seus estatutos científicos sobre a saúde e as doenças, normalidade e patologia, controlava o dia-a-dia das pessoas, em várias dimensões. É claro, a medicina social surge com vistas à salubridade, todavia seu alcance extrapola o do curativo/preventivo, tendo como meta latente o controle da vida das pessoas. Para Foucault a medicalização tem o papel de fazer com que os corpos dos indivíduos sejam feitos objetos, equívoco acometido pela medicina. Ela interfere nos costumes, vestimentas, alimentação, construção (já que segundo Foucault também a arquitetura se transformou num instrumento de normatização da sociedade, quando hierarquiza as zonas urbanas, cami-

nhando *pari passu* com a medicina) e na forma de higienização dos lares das pessoas. Ocorre que para o francês, a fim de que as relações de poder sejam estabelecidas é necessário que haja uma concomitância entre produção, acumulação e circulação de saberes, o que nos leva a inferir que a produção e transmissão de verdades são efeitos das relações de poder, de sorte que isso infiltra, todos os setores da sociedade com bastante astúcia (FOUCAULT, 1980, p. 61).

Foucault fala de uma atitude normativa da medicina como tendo surgido depois do século XVIII, quando esta passa a intervir na vida física e moral dos indivíduos e da sociedade, onde a medicina cumpre uma passagem, a saber, da medicina para a medicina social, que, no seu entender, é um estatuto forjado pelo saber/poder (FOUCAULT, 1980, p. 37). A medicalização para ele tem uma função política, uma estratégia biopolítica (FOUCAULT, 2005, p. 189). Nela há o controle do número de nascimento, óbitos, longevidade – a biopolítica da população por meio da medicina social. Então, a medicina social é uma forma de técnica de poder que age sobre a população, normatizando condutas, produzindo uma espécie de cartilha do bem viver, promovendo saúde e moral nas pessoas, que acatam, com isso, o controle. Desta forma, a medicina curativa e social se converte em um pujante dispositivo de poder, dissimulado de preceitos higienizadores.

Ademais, para Foucault as moradias das pessoas, a partir do controle sanitário, passam a ser visitadas (vigiadas), resultando na invasão da privacidade. Então, a segurança pública é uma ação biopolítica. O caso da medicina social é peculiar aqui, pois segundo Foucault ela vai, paulatinamente, tomando espaço na sociedade e fazendo parte das grandes decisões estatais, agindo dentro das cidades, no controle da vida, onde os médicos, a partir de então, se tornam os higienizadores das sociedades (FOUCAULT, 2008, p. 99).

4 A QUESTÃO DA LOUCURA E DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

A postura audaciosa e crítica de Foucault lhe rendeu hostilizações. A criticidade, que ele tanto estimava, pode ser aferida primeiramente no modo como em suas primeiras obras versa acerca da loucura, para sermos mais precisos, sobre a doença mental. Ao estudá-la defende uma teoria histórica que

reza que a história é contada comumente pelos vencedores.⁸ Destarte, rompe, tão logo, com os conceitos preconcebidos pelo senso vulgar no que concerne aos registros históricos. Mas, ele se torna famoso pela sua obra *História da loucura na idade clássica*, datada de 1961, na qual demonstra historicamente os motivos pelos quais o doente mental passa a ser enclausurado nos manicômios. Foucault descobre que tal prática e que tais dados não são achados ou localizados na história da loucura, senão na era moderna, ou seja, se trata de uma construção decorrente de interesses outros.⁹ Tal ideia foucaultiana não foi quista, mas rechaçada por seus contemporâneos.

Ao se deter sobre as humanidades, precisamente sobre as ciências sociais, numa obra intitulada *As palavras e as coisas*, de 1966, que, sem generalizações, os acadêmicos das ciências sociais tiveram dificuldade de acatamento, pois, somado ao fato de que é um livro intrincado, há a ideia de que o próprio discurso das explicações sobre a realidade social, este próprio discurso é viciado por aqueles que detém o poder. Tal ideia para o campo das ciências sociais era confusa, pois sempre se postou com o *status* de ciências revolucionárias. Então, Foucault começa a romper com a própria academia, uma espécie de rejeição da ciência da qual ele mesmo estava inserido. Sucede que Foucault está denunciando o fato de que o discurso do vencedor ou o discurso da normalidade infiltra em todas as instâncias e instituições sociais, o que há de ser repensado, pois as ciências sociais, que tem o dever da criticidade, não estavam desempenhando este seu papel imprescindível. É isso que ele defende no livro *As palavras e as coisas*. Evidentemente, isso acarreta numa ruptura com a academia.

Foucault não recua perante o clima hostil. Ele sempre entrou em atrito e discordou dos colegas. Até com o próprio Gilles Deleuze (1925-1995), seu discípulo, ele atrita. Na década de 1960, o que sucede com o Movimento de Maio na França, era comum as ciências sociais e a filosofia dialogarem com a Revolução marxista. E o próprio Foucault passou por essa tradição, mas muito rapidamente se deu conta dos limites do socialismo, como ideal da sociedade comunitária imaginada. Então ele estabelece uma ruptura, se revelando um pensador além de sua sociedade. Ia, de fato, na contramão do consuetudinário, mesmo em relação ao meio acadêmico.

8 É oportuno fazer notar que até o Renascimento, ou se quisermos, até o século XVII as pessoas doentes mentais andam de modo natural pelas ruas e muito raramente provocavam qualquer tipo de conflito social que a própria sociedade não pudesse incorporar e enfrentar.

5 A QUESTÃO DO ESTADO

Conforme aludimos, para Foucault, poder não reside apenas no Estado. Ele conceitua o poder como relações de poder, que existem em todos os lugares e em todos os momentos, bastando que haja dois ou mais indivíduos juntos. Muitas vezes, nem sequer percebemos que a relação entre as pessoas são relações de poder. Isso se deve, segundo o filósofo, pelo fato do próprio poder não nos deixar perceber isso. Destarte, pensamos que temos relações naturais. E o são pelo fato de em havendo duas pessoas juntas já estão fazendo política, na medida em que a própria sobrevivência é sempre agradar ou não agradar o outro, atender ou não as demandas do outro, imagem que pode ser remetida, ressalvadas as devidas particularidades, a Marx Weber (1864-1920).

Essas relações de poder criaram outro conceito crucial em Foucault, aquilo que se tornou uma máxima, alcunhada de “microfísica do poder”. E há uma obra editada no Brasil com este título; se trata de uma coleção de textos do filósofo, que abarca trechos explicativos de doenças mentais, questões sobre prisões, extraídas da obra *Vigiar e punir: nascimento da prisão*, livro publicada originalmente em 1975.⁹ Nesta obra se poderá notar como que historicamente a questão do julgamento e da prisão vai ocorrendo ao longo do tempo, mostrando que isso está inserido dentro de um sistema e que existe um interesse em trancafiar pessoas, mas que depois há interesses em libertá-las. Tanto é verdade que a pena de morte, punição mais constante até o século XVII, deixa de sê-lo e as pessoas passam a ser presas. Depois, o direito no século XIX sofre uma reforma na Europa,¹⁰ havendo uma tendência a libertar o preso para que ele tenha a possibilidade de se reinserir na sociedade. Isso tem um motivo, dirá o filósofo, que não é pelo fato da sociedade se tornar mais humana no século XIX e passar a olhar o preso por outra ótica. Antes, se deve ao fato de que o preso é uma mão de obra barata que soma em favor do consumo e produção. Desta maneira, o poder não é de modo necessário o Estado e não é só o Estado, mas está distribuído nos capilares da sociedade. Então, nos lugares mais inimagináveis que poderíamos pensar que o poder pudesse estar, é exatamente ali onde ele se faz mais abrangente e robusto, inclusive pelo fato de que é onde é mais difícil de enxergá-lo.

9 Título original: *Surveiller et Punir: Naissance de la prison*.

10 Assinalamos aqui que Foucault se debruça com afinco sobre o direito penal francês, como o faz com uma gama de outras questões.

Ocorre que quando temos o Estado como parâmetro é fácil perceber os mecanismos de poder, mas quando, a título de exemplo, estamos em um hospital, há a exigência de um maior esforço para perceber que há ali no *ad intra* tal-qualmente mecanismos de poder. O mesmo se dá em outras instituições, mercado etc. O Estado, por um lado, segundo o francês, está aí presente, indicando que o Estado contemporâneo não consegue, devido a complexidade da nossa vida e a complexidade das tecnociências, desenvolvimento empresarial, das ciências e novas tecnologias em geral, estar presente em todos os lugares, e por outro lado, o Estado não consegue dar conta das especificações dos conhecimentos tão particulares, isto é, naquelas decisões pertencentes às áreas dos vários saberes humanos. O Estado não estará presente para decidir, tampouco tem o conhecimento especializado ou especificação técnica para tanto.

O Estado “apenas” delega à instituição especializada para a prerrogativa de decidir sobre aqueles particulares. Porém, por outro lado, o Estado se faz presente quando há a necessidade de recorrer ao juiz, nos valendo nesta hora do caso particular do direito. Assim, “o Estado estar presente não estando”. Evidentemente, há uma avalanche de outras instituições onde o exemplo acima se faz congruente, como é o caso da escola. Pierre Félix Bourdieu (1930-2002), na década de 1980 no Brasil foi bastante deturpado e contestado pelo fato de afirmar que a escola é o principal mecanismo pelo qual as relações de poder se dão dentro da sociedade. Isso se deu no contexto da ditadura, onde se acreditava que a educação fosse o *locus* onde se processa a consciência da luta contra o despotismo. Por seu turno, Foucault olha para a escola como uma instituição capilar, onde existem relações de poder e que não necessariamente são aquelas relações que estamos acostumados a entender que sejam somente do Estado, mas ali existem relações próprias daquele ambiente onde há necessidade de disciplina e domesticação.¹⁰

10 Foucault faz uso irrestrito do termo “domesticação” em sua obra, o que sucede também com seus seguidores, como Deleuze, Jacques Derrida (1930-2004) etc., que fazem parte desta escola de pensamento e que, diversamente dos filósofos da escola alemã, descambaram para a psicologia, ciência confortável para se decifrar aqueles mecanismos, desde um corte crítico-filosófico.

6 A QUESTÃO DO DIREITO

Isto posto, cumpre evidenciar que a microfísica do poder e as relações do poder não podem ser restringidas ao Estado, mas se fazem presentes nas instituições e permeiam todas as relações. Se isso acontece, depende muito mais dos sujeitos perceberem os mecanismos, ao invés de procurar o dragão, o vilão, o bode expiatório, que é o Estado, ou se quisermos, também o direito, o ordenamento jurídico, na parte processual do direito. Aqui o foco se desloca da instituição para os indivíduos. Pois bem, direito não é somente lei, mas tem jurisprudência, doutrina, costumes. O direito, para nos atermos a este campo, é também onde o Estado parece estar e não estar de forma concomitante. No direito é fácil a decifração de que o Estado se faz presente. Por exemplo, o acórdão tem impresso o símbolo da República que o juiz assina.

Então, não obstante o direito não seja somente lei, pois tem jurisprudência, o que faz o juiz ter autonomia, no momento em que ele assina tal papel carimbado (com selo oficial), está assinando, deveras, algo timbrado com o símbolo da república, que somente tem jurisdição pelo fato de fazer parte do dever de cumprir a lei, parte do conceito de jurisprudência. Caso contrário não valeria nada. Então, o Estado outorga ao juiz o poder de julgar, mas é ele quem chancela, que configura numa espécie de ação oculta do Estado. Se as relações de poder também estão presentes nas instituições, e o direito entende que está, mas por outro lado a decisão é do juiz, significa que, de modo abrangente, a subjetividade de poder decidir eticamente por aquilo que está fazendo é do próprio indivíduo. Em última análise, é o indivíduo que está decidindo e são as relações de poder que estão decidindo. Não é o próprio Estado como figura política e entidade, que tem o direito de fazer moedas etc., o que se estuda na teoria do Estado, que decide, quer dizer, não é o Estado em si mesmo que está tomando aquela decisão, mas é uma pessoa investida de poder estatal. Então, as relações de poder estão na microfísica e estão espalhadas pelos pequenos capilares achados por Foucault.

Nesta esteira, poder-se-ia pensar no fato de que somente somos sujeitos quando adquirimos Registro Geral (RG), que tem o aval ou a firma do Estado. De forma que, sem RG é impossível existir nestes critérios. Dessarte, somente se torna um sujeito jurídico e se adquire personalidade jurídica (sentido legal), exceto aqueles casos que se pode ter exclusão de licitude, quando se obtém o

RG. Desta maneira, inferir-se-ia que estamos sujeitados às chancelas e rubricas do Estado.¹¹

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante o exposto, poder-se-ia inferir que a problemática acerca da biopolítica não pode passar despercebida nas ciências humanas, como por exemplo, no direito e na filosofia. A biopolítica tem como lugar privilegiado, o que auxilia em seu entendimento, a tradição liberal. O filósofo e economista Adam Smith (1723-1790), quando verte sobre o econômico, asseve que para tanto há de se apelar para a “mão invisível de Deus”. Segundo ele não daria para entender o econômico sem se apelar para algo misterioso. Ela somente é compreensível a partir de uma assimilação teológica.

Notou-se que, para Foucault, ser crítico é ter a arte de não ser governado demais, o que o distingue de Kant, quando este último, em sua empreitada intelectual, instaura seu vultoso “tribunal da razão”: uma crítica que a razão endereça a si mesma, impondo limites no que tange a questão epistemológica, ou seja, a capacidade cognitiva do sujeito. A despeito do fato de na vida não ter como não ser governado, há um erro: ser governado demais ou sempre só ser governado, sem a coragem da autonomia, a qual o próprio Kant estimava, o que, neste quesito, há uma aproximação dos dois autores. Não significa deixar de obedecer, mas que, quando se obedecer, ter algum motivo para fazê-lo. Não pode ser simplesmente o motivo que o outro tem para mandar, ou seja, não obedecer simplesmente pelo fato do outro imperar, de acordo com seu desígnio.

A última vez que Foucault usou o termo biopolítica foi no curso sobre o nascimento da biopolítica em que o foco da análise é o Liberalismo e o Neoliberalismo. Depois de tal curso ele passou a tocar em outros temas, como o

11 Foucault brinca com a palavra “sujeito”. Para ele não se trata do indivíduo ou do cidadão, mas do sujeitado. Este não é um indivíduo livre, que pode escolher amplamente. No senso comum o sujeito é entendido como aquele que é pleno de direitos, já o francês executa um giro nesta lógica, induzindo que o sujeito é aquele que não tem direito algum. O sujeito não consegue ser livre, pois todas as instituições reproduzem as máquinas de poder que controlam os desejos alheios, fazendo um discreto aceno, neste momento, a Sigmund Freud (1856-1939).

cuidado de si, do governo de si e dos outros, e a coragem da verdade. Verifica-se que alguns leitores de Foucault vão denomina-lo de liberal crítico. Se pode presumir contanto, que o francês passou a ser lido por aqueles que afastaram da tradição da esquerda e passaram a usá-lo para além das teorias revolucionárias. Para Foucault não dá para entender a biopolítica a não ser no contexto do Liberalismo e do Capitalismo como tal, pois este é o lócus onde se dá a relação entre: biopolítica e racismo, biopolítica e sexualidade, biopolítica e segurança.

Enfim, o último texto que Foucault escreveu foi sobre o conceito de vida. O mesmo se dá com Deleuze. Então, o verbete “vida” perpassa as obras de Foucault, de Deleuze e também de Agamben, sobre o qual pretendemos aprofundar em outra oportunidade. No mais, Friedrich Wilhelm Nietzsche (1844-1900) reclama em seus escritos o fato de que a história ocidental é uma repressão à vida, mas não precisa efetivamente o que foi reprimido. Não diz o que é a vida, indício de que, como queremos enxergar, Foucault e seus leitores puderam, graças a todo um arsenal teórico, desenvolver essa palavra que tem uma relevância especial de entre as questões filosóficas.

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. *Homo sacer. Il potere sovrano e la nuda vita*. Torino: Einaudi, 2002.
- AGAMBEN, G. *Stato di Eccezione*. Torino: Bollati Boringhieri, 2004.
- ARENDT, H. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1981.
- ARENDT, H. *Origens do totalitarismo*. Companhia de Bolso, 2018.
- FONSECA, M. A. *Michel Foucault e o direito*. São Paulo: Saraiva, 2014.
- FOUCAULT, M. *Arqueologia do saber*. Petrópolis: Vozes/Forense Universitária, 1986.
- FOUCAULT, M. *Em defesa da sociedade – Curso no Collège de France (1975-1976)*. Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade: A vontade de saber*. Trad. de Maria

Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 10ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Trad. de Roberto Machado. 14ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

FOUCAULT, M. *Nascimento da Biopolítica: curso dado no Collège de France (1978-1979)*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1980.

FOUCAULT, M. *O sujeito e o Poder* In DREYFUS H. e RABINOW P. Michel Foucault: uma trajetória filosófica. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, M. *Segurança, Território, População: Curso no Collège de France (1977-1978)*. Trad. de Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir*. Trad. de Raquel Ramallete. 28ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

GROS, F. *Desobedecer*. Brochura, 2018.

KANT, I. *Resposta à pergunta: “O que é esclarecimento?”* Textos seletos. Tradução: Floriano de Sousa Fernandes. 3ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2005.